

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Presidente do Conselho
J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

MAURO GUIMARÃES — Diretor

MARCOS SÁ CORRÉA — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Editor Executivo

Interpretação pelo Voto

Um sentido de urgência histórica domina o ânimo da Constituinte. Aproxima-se a hora crucial das definições para afastar o risco de crises artificiais, que até hoje seduzem os retardatários do autoritarismo. O sistema de governo e os mandatos dos futuros presidentes rumam ao plenário a uma velocidade que recupera o atraso na promulgação da nova constituição brasileira. As críticas à votação ininterrupta, inclusive nos fins de semana, partem das mesmas vozes que se proclamavam insatisfeitas com a morosidade no ano passado.

À margem das sessões, mais um acerto se fez na reunião dos presidentes dos dez partidos que identificam sinais de crise e se prontificam a contribuir para evitar a manipulação das dificuldades políticas com outros propósitos. O impulso de votação sustenta uma corrida contra o perigo, que transparece em iniciativas para esvaziar o plenário e impedir a tomada de decisões, a cargo do próprio líder do governo.

O ministro da Justiça reunia ao mesmo tempo sete ministros para desaconselharem em conjunto a aprovação de eleições presidenciais este ano. Ora, ministros de um governo que não foi eleito pelo voto direto não têm autoridade política para confrontar a vontade nacional expressa pelos constituintes, que estão testemunhando o desejo manifesto do eleitorado no sentido de ver legitimado o regime com uma constituição e um presidente eleito, o mais cedo possível. Tanto mais que foram sete ministros, e o governo tem 27 ministérios.

Já foi dito e repetido um sem-número de vezes que há coisas mais importantes que o mandato presidencial. O presidente da República, no entanto, não cuida da administração porque insiste em cobrar desde o começo da Constituinte a definição do seu tempo. Na emenda de convocação da Constituinte, a mensagem do Executivo optava pelo mandato de quatro anos mas, já no ano passado, o presidente Sarney foi à televisão e se proclamou com direito a seis anos, de acordo com a preferência do autoritarismo. Mas dispunha-se a abrir espontaneamente mão de um ano. A duplidade assinalada entre a mensagem e o programa de televisão injetou a divergência no próprio governo.

O debate ampliou-se com a presença da sociedade no assunto em que é a maior interessada. Não há democracia sem a legitimidade que só o voto confere. Os constituintes formaram sua opinião definitiva em contato com o eleitorado, no recesso de fim de ano. Registrhou-se um crescimento decisivo dos favoráveis ao mandato de quatro anos e, em consequência, à eleição presidencial este ano.

Entre a fase da sistematização e o momento decisivo que se aproxima, evoluiu a solução política:

a Constituinte vai votar a emenda Fernando Henrique, que adota o quadriênio que vigorou de 1891 até 1930. A experiência com o mandato presidencial de cinco anos, que vigorou de 1946 a 1964, não correspondeu pela razão de que foi adotado como alternativa para a idéia da reeleição. Os constituintes de 46 estavam mais empenhados em fechar o caminho à ditadura da qual o Brasil acabava de sair, do que em construir uma democracia capaz de durar pelos seus próprios meios.

A experiência universal consagra os mandatos menores, com direito a uma reeleição. Quem julga os governantes são os eleitores. O Brasil já está maduro para restabelecer o quadriênio e admitir uma reeleição.

Fixado em quatro anos o mandato presidencial, cairá por terra a alegação de que a sucessão presidencial este ano pretere direitos implícitos no mandato que coube ao vice-presidente José Sarney desempenhar. Não haverá, portanto, qualquer discriminação com que o aulicismo de Brasília pretendia perturbar os trabalhos constituintes. A Constituinte é reconhecidamente soberana para cuidar da forma de governo e reduzir o mandato presidencial que não foi conferido pelo voto direto dos cidadãos. A prova moral foi o pedido de prioridade feito à Constituinte pelo presidente Sarney.

Não há mais quem, de boa fé, ponha em dúvida que a melhor solução política ao alcance do Brasil é a sucessão presidencial este ano, como já ficou estabelecido preliminarmente no anteprojeto da constituição. Uma eleição depois de vinte e oito anos tonifica o país, mobiliza a sociedade, adverte os governantes de que eles passam e a nação continua. A melhor catarsis pela qual o Brasil pode passar em segurança é a sucessão presidencial, que fará dos cidadãos responsáveis diretos pela escolha do presidente, e, dele, um governante autorizado a tomar as medidas e propor os sacrifícios que sejam necessários para devolver o país ao desenvolvimento. Há uma desconfiança corrosiva, que o autoritarismo depositou no Estado e que repugna à sociedade.

Quanto mais o governo se debate em protesto contra a eleição este ano, mais lhe falta oxigênio fornecido pela vontade popular. O presidente Sarney vai da persuasão à ameaça e do sofisma à retórica descabelada que vê perigo nas urnas. Sejamos sensatos: com os dois turnos para apurar a vontade da maioria, o eleito representará a nação sem a taxa de hesitação que a ilegitimidade e o voto indireto não removem.

A nação espera que os constituintes saibam interpretar, com coragem e franqueza, a sua vontade clara, e correspondam ao que a opinião pública exprime por todos os meios ao seu alcance.